

SUMÁRIO

<i>Nota do Autor</i>	IX
<i>Apresentação</i>	XI
<i>Introdução</i>	1

CAPÍTULO I

O Domínio e a Regulação do Monopólio	7
1. Domínio público aquaviário	8
2. Domínio público portuário	19
2.1. Noção de porto	19
2.2. Classificações	21
2.3. Retroporto	22
2.4. Conceito legal	23
2.5. Terminais portuários	23
2.6. Estação Aduaneira Interior — EADI	24
2.7. Marina	26
2.8. Transporte aquaviário	26
3. Intervenção regulatória	27
4. Regulação do monopólio	35

CAPÍTULO II

Modelagem Administrativa e Regulatória	39
1. Evolução histórica da exploração portuária	41
2. Modelagem administrativa e regulatória	59
2.1. Entidades portuárias paraestatais	61
2.2. Administração portuária associada	64
2.3. Autarquias portuárias	69

CAPÍTULO III

Descentralização da Exploração Portuária	73
1. Infra-estrutura portuária	76
2. Exclusividade da exploração	80
3. Descentralização de ações	81
3.1. Normas gerais das outorgas	82
3.2. Concessões	84
3.3. Permissões	88
3.4. Autorizações	91
3.5. Arrendamentos portuários	100

CAPÍTULO IV

A Regulação da Infra-Estrutura Aquaviária	114
1. Regulação do sistema de transportes	120
1.1. Sistema Nacional de Viação	121
1.2. Sistema Hidroviário Nacional	123
1.3. Princípios e diretrizes gerais	123
1.4. Formulação e implementação das políticas de transporte	125
1.5. Secretaria Especial de Portos	127
2. Agência Nacional de Transportes Aquaviários — ANTAQ	129
2.1. Independência	130
2.2. Natureza jurídica, criação e extinção	132
2.3. Prática regulatória	135
2.4. Denominação, regime e objetivos	138
2.5. Esfera de atuação, atribuições e interação regulatória	140
2.6. Estrutura organizacional e pessoal	142
2.7. Sanções	146

CAPÍTULO V

Regime de Exploração da Infra-Estrutura	150
---	-----

1. Administração do porto organizado	151
2. Conselho de Autoridade Portuária — CAP	157
3. Operador portuário	161
4. Órgão Gestor de Mão-de-Obra — OGM O	166

CAPÍTULO VI

A Competição Intraporto.	174
1. Regulação e competição	174
2. Tarifas	181
2.1. Regimes tarifários	181
2.2. Tarifas portuárias	185
3. A concorrência dentro do porto organizado	188
3.1. Decisões do CAP	192
3.2. Operações portuárias	194
3.3. Mão-de-obra	196
3.4. Praticagem	200
3.5. Terminais privados	204
3.6. Empresas de navegação	206
<i>Conclusões</i>	209
<i>Bibliografia</i>	217